

8.1.**Caracterização da Entidade**

8.1.1.	Identificação
--------	---------------

Nome :	Município de Ílhavo
Morada	Av. ^a 25 de Abril, 39
Apartado	69
Cód. Postal	3830-044
Telefone	234329600
Telefax	234329601
http	www.cm-ilhavo.pt
Email	geral@cm-ilhavo.pt
NIF	506 920 887

8.1.2.	Número de Eleitores
--------	---------------------

Até 10 000	
Entre 20 000 e 30 000	
Superior a 30 000	X

8.1.3.	Estrutura organizacional efectiva
--------	-----------------------------------

Ver folha anexa com organigrama da Câmara Municipal de Ílhavo

8.1.4.	Descrição sumária das actividades
--------	-----------------------------------

A Câmara Municipal de Ílhavo desenvolve as suas actividades de acordo com a Lei e a Constituição da República Portuguesa.
Não tem Serviços Municipalizados autónomos desde 01/01/2000, por força da sua integração na estrutura da Câmara Municipal.

8.1.5.	Membros do Órgão Autárquico - Câmara Municipal
--------	--

Presidente	José Agostinho Ribau Esteves
Vice-Presidente	Fernando Fidalgo Caçoilo
Vereadores	Beatriz Fátima Clemente Martins
	Marcos Labricha Ré
	Paulo Sérgio Teixeira Costa
	José Marinho Vaz
	Julio Merendeiro

8.1.6.	Organização contabilística
--------	----------------------------

A Câmara Municipal de Ílhavo aplicou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a partir de 01 de Maio de 2002, tendo procedido à recuperação contabilística dos dados do anterior regime contabilístico (D.L. N.º 341/83, 21/07). Adquiriu-se à empresa Medidata – Engenharia e Sistemas, S.A., todo o software informático (Contabilidade, Armazéns, Obras, Taxas, Pessoal, etc.).

Durante o ano de 2010, o Município de Ílhavo estabelece com o Estado e outros Municípios da Região de Aveiro e a empresa AdRA, S.A., um Contrato de Parceria visando a implementação de um novo modelo de gestão das redes de baixa de água e saneamento ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 09 de Abril.

Ao assumir como uma das suas prioridades estratégicas a promoção e a modernização da administração municipal como um dos pilares da afirmação de uma gestão mais qualificada, mais célere e mais próxima dos cidadãos, a Câmara Municipal de Ílhavo implementou, no decorrer do ano de 2010, uma nova estrutura e organização dos serviços municipais, a qual foi publicada em DR II Série de 24 de Junho.

A Câmara Municipal de Ílhavo adjudicou a uma empresa externa o serviço de inventariação e valorização do seu Património. Recebido o trabalho no início de 2004, desenvolveu-se internamente os mecanismos para a integração daquele trabalho em Software de Gestão de Imobilizado, que permite o conhecimento imediato da informação patrimonial.

Contudo este trabalho mostrou-se complexo, a que se juntou a necessidade de adaptação ao software existente. Por força dessa complexidade foi já possível recuperar os anos de 2004 a 2007, bem como parte significativa de 2008. Por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 2011/01/31 foi nomeada uma técnica superior no sentido de vir a concretizar a actualização dos dados em atraso.

8.1.7	
-------	--

Informação complementar solicitada pelo Tribunal de Contas na sua Resolução n.º 4/2001, 12/07, publicado no DR, II Série em 18/08/2001 :

FEF, FSM e PFIRS	€ 5.852.178 Prestação de Contas
FEF, FSM e PFIRS	€ 5.986.478 OE 2010
* A diferença resulta de não termos procedido à retenção para o SNS através de ordem de pagamento mas sim deduzindo directamente na receita FEF corrente, procedimento já alterado em 2011	
Investimento pago em 2009	€ 7.567.953

Acções inspectivas

Foi concluída em princípios de 2003, uma acção inspectiva levada a efeito pelo IGAT e que abrangeu o período de 1998 a 2002. A última acção da IGF reportou-se até 1998, inclusivé. Em 2008 decorreu uma acção inspectiva sectorial às despesas com o pessoal da IGF e em 2009 uma acção inspectiva da IGAL de âmbito geral, já objecto de contraditório do qual se aguarda a necessária resposta daquela Inspeção.

Não houve no exercício de 2010 encargos financeiros que onerassem o orçamento no que respeita a amortizações ou encargos financeiros de empréstimos contraídos pelas Associações de Municípios em que a Câmara participe.